

A Influência da Crise Financeira, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos gastos públicos no desenvolvimento municipal paranaense

Débora Maria Ternoski (UNICENTRO) debora.ternoski@outlook.com
Flávio Ribeiro (UNICENTRO) flavioribeiro@unicentro.br

Resumo: A pesquisa tem como objetivo analisar a influência da crise financeira, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos gastos públicos no desenvolvimento dos municípios do estado do Paraná. Quanto aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem do problema caracteriza-se como pesquisa quantitativa. A amostra compreendeu 282 municípios paranaenses analisadas no período de 2000 a 2012. A técnica de análise foi à regressão com dados em painéis. Os resultados demonstram que a Crise Financeira de 2008 e a LRF apresentaram uma relação positiva e significativa com o desenvolvimento municipal.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Gastos Públicos. Crise Financeira.

The Influence of the Financial Crisis, Fiscal Responsibility Law (LRF) and public spending on municipal development in Paraná

Abstract: The research aims to analyze the influence of the financial crisis, the Fiscal Responsibility Law (LRF) and public spending on the development of municipalities in the state of Paraná. Regarding the objectives, the study is classified as descriptive, in terms of procedures, it is a bibliographical and documentary research. The problem approach is characterized as quantitative research. The sample comprised 282 municipalities of Paraná, Brazil, analyzed between 2000 and 2012. The analysis technique was regression with data in panels. The results show that the Financial Crisis of 2008 and the LRF presented a positive and significant relation with the municipal development.

Key-words: Fiscal Responsibility Law. Public spending. Financial crisis.

1 INTRODUÇÃO

A forma de Estado organizado atual surgiu da necessidade de organização da sociedade, cujos cidadãos perceberam que isoladamente não seriam capazes de atender as necessidades coletivas e delegaram a responsabilidade de sua execução para uma instituição que representasse os interesses da coletividade. O conceito destas necessidades públicas com o tempo foi se ampliando e os mecanismos de financiamento dos bens e serviços oferecidos a população tornaram-se insuficientes, com isso, certas medidas passaram a ser realizadas, seja mediante o encaminhamento de algumas tarefas à iniciativa privada, seja mediante a aplicação do princípio da exclusão, ou ainda, seja pela revisão das necessidades meritórias, que seriam as mais importantes para o conjunto da sociedade (PISCITELLI et al., 1997).

A forma de julgamento sobre quais seriam estes serviços oferecidos, por tempos tornou-se um problema para a sociedade, principalmente no Brasil, pois de acordo com Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008), até a década de 1980 os dados fornecidos pela Contabilidade Pública, não possuíam caráter confiável de análise, seja pela defasagem temporal ou pelo inadequado nível de detalhamento. A partir da crise vivida na década de 1980 e do surgimento de tecnologias nas áreas da informação e da comunicação, este sistema

transformou-se radicalmente, principalmente na gestão das finanças públicas e no formato de governo.

Cabe destacar que o governo é monopolista nos serviços que fornece a população e que a qualidade e a quantidade dos mesmos ainda são muito difíceis de serem medidas. Também, estes serviços formam a base da estrutura da sociedade, pois são direcionados a áreas específicas como saúde, educação, segurança, entre outras (CNM, 2014).

De acordo com Niyama e Silva (2011) dentre algumas características do governo pode-se destacar três atribuições: função distributiva, que fornece melhores condições de vida para a população mais pobre; função estabilizadora, a fim de manter a economia em equilíbrio e a função alocativa, em que o governo deve colocar a disposição da população serviços, como investimentos em infraestrutura econômica, segurança pública, saúde e educação.

Scarpin e Slomski (2007) afirmam que a prática de avaliar o bem estar de uma população e de classificá-la pelo tamanho do seu PIB per capita há muito tempo foi estabelecida, entretanto, Godoy (2014) descreve que para aferir o avanço da qualidade de vida de uma população não basta avaliar somente o viés econômico, mas sim, considerar características sociais, culturais e políticas. O cumprimento de limites constitucionais tornou-se um indicador da eficiência das políticas públicas, entretanto, este não representa a forma de se fazer a Contabilidade, mas sim de como os administradores públicos se comportam.

As aplicações de recursos públicos tem sido um campo fértil de estudo. Vários pesquisadores (ROCHA; GIUBERTI, 2007; ARAÚJO; MONTEIRO; CAVALCANTE, 2011; FARIA; JANNUZZI; SILVA, 2008; REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005; CAVASSIN, 2004; SCARPIN; SLOMSKI, 2007) têm investigado a relação dos gastos públicos sob diferentes perspectivas de comparação com os índices econômicos e sociais: a relação do PIB dos municípios com estes índices (ARAÚJO, MONTEIRO; CAVALCANTE, 2011); crescimento econômico dos estados com o aumento ou diminuição dos índices (ROCHA; GIUBERTI, 2007); influencia da condição de vida da população na formação do índice (FARIA; JANNUZZI; SILVA, 2008) e relação entre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com as aplicações de recursos públicos (IDH-M) (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005; CAVASSIN, 2004; SCARPIN; SLOMSKI, 2007).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico apresenta-se uma breve revisão da literatura, destacando a princípio as variáveis determinantes para o Desenvolvimento Municipal, neste aspecto, abordam-se os conceitos de Gastos Públicos Municipais em Educação e Saúde, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Crise Financeira. Na segunda parte, apresentam-se os principais estudos sobre a temática dos determinantes do desenvolvimento municipal.

2.1 DETERMINANTES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A Lei Complementar nº 101/2000 conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituiu normas e metas fiscais que propiciaram maior controle das contas públicas (CASTRO; GARCIA, 2004). Nesse sentido, a LRF possui o foco na limitação dos gastos e na manipulação de despesas, a fim de que os governos não tomem dívidas acima da arrecadação (BRASIL, 2001).

Na visão do International Federation of Accountants (IFAC) (2001) o termo accountability é o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro

delas são responsáveis por decisões e ações, abrangendo a forma como os recursos públicos são administrados e como alcançam o desempenho e os resultados.

A accountability caracteriza a boa governança dentro do setor governamental, desta forma, a mesma fornece meios para dar explicações aos cidadãos, da origem e proveniente aplicação de recursos, além de prover com informações que se tornem necessárias sobre fatos relevantes, também, é meio que está a todo tempo sendo revisto a fim de atingir as expectativas do cidadão, e ainda concede compensações e impõe sanções quando há necessidade (NAKAGAWA; RELVAS; DIAS FILHO, 2007).

A abordagem dos gastos públicos é um dos temas mais importantes ao tratar-se de finanças públicas, pois gira em torno da existência de falhas no mercado, o que impõe a necessidade da presença do governo a fim de amenizar a concorrência imperfeita e as externalidades negativas (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008). As políticas públicas tem a finalidade de controlar as disparidades presentes na sociedade e o principal mecanismo de atuação é por meio dos gastos públicos, que são priorizados por meio dos serviços públicos básicos prestados à população e pela realização de aplicações de recursos públicos em áreas como saúde, educação e emprego (ARAÚJO; MONTEIRO; CAVALCANTE, 2011).

Conforme Araújo, Monteiro e Cavalcante (2011) o gasto público é a soma de todos os gastos governamentais, sejam da administração direta ou indireta somados com as despesas da atividade econômica do governo. Riani (2002, p. 54 apud ARAÚJO; MONTEIRO; CAVALCANTE, 2011) afirma que os gastos são classificados de acordo com sua finalidade, natureza e função e que conforme o grau de detalhamento das informações podem ainda, se classificar em grandes agregados, categorias econômicas ou em funções.

Scarpin (2006) afirma que quanto maior é o gasto, maior é o nível de bem estar de uma população. Entretanto, é equivocado mensurar o progresso de um determinado local pelo dinheiro que possuem os cidadãos, sem considerar também o nível da saúde, da qualidade dos serviços médicos e da educação. O gestor necessita administrar as finanças públicas de modo que os gastos públicos contribuam para a maximização do desenvolvimento, seja na questão das externalidades negativas ou ainda, seja na questão dos bens públicos.

Além do dispositivo legal, existem outras formas de se mensurar a eficiência dos gastos públicos, como é o caso dos índices econômicos e sociais que possuem diversas funções, dentre as quais se podem citar a informativa, a avaliativa, a normativa e ainda a decisória. Contudo, estes indicadores servem de referência para os gestores a fim de implementar objetivos, metas e estratégias, utilizados para controlar determinadas políticas e, para a política em si, aumentar os mecanismos de controle e poder (SIEDENBERG; 2003).

O fornecimento de alguns serviços, ainda que também realizados pela esfera privada, é de competência exclusiva ao Estado, dentre eles estão aqueles relativos ao estabelecimento e execução de planos nacionais de educação e saúde. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criada com o propósito de prevenir os desequilíbrios fiscais e assegurar a vinculação de receitas, responsabilizou o órgão público pelo cumprimento mínimo de aplicação de recursos nestas áreas, além da vinculação dos mesmos no orçamento, bem como a prestações de contas ao final de cada exercício (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008).

A Constituição Federal prevê, em seu artigo 212 que os municípios devem aplicar anualmente nunca menos que 25% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino básico municipal (MDE), que corresponde a educação infantil e fundamental. Entretanto, essa porcentagem se ramifica, sendo que 5% destas receitas se destinam a MDE e o restante (20%), contribuem

para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 1988).

Conforme o conteúdo do art. 77, das disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pela LC nº 141/2012, (BRASIL, 2012) todo município deve destinar às ações e serviços públicos de saúde não menos que 15% da arrecadação das receitas provenientes da arrecadação de impostos e transferências (sendo estas, deduzidas as compensações e outras receitas previdenciárias, a base de cálculo do montante mínimo), ao passo que, na hipótese de descumprimento deste valor, o Estado ou Município poderá ter a suspensão das transferências voluntárias pela União. São tributos que formam a base de cálculo das aplicações de recursos públicos em saúde: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI.

Diversas são as variáveis que influenciam nos níveis dos gastos públicos, como por exemplo, o PIB, a renda familiar, a demanda por serviços básicos, a variação dos níveis de população, mudanças políticas, transferências governamentais e, principalmente, os níveis de arrecadação de impostos, pois a Constituição Federal e a LRF responsabilizaram o ente público pelo cumprimento de uma porcentagem mínima de aplicação de recursos tendo como base este tipo de arrecadação. (ARAÚJO; MONTEIRO; CAVALCANTE, 2011).

Anteriormente a criação do IDH, o PIB – Produto Interno Bruto - era o indicador utilizado como referencial de desenvolvimento de determinada região, porém, um grupo de cientistas sociais vinculados a Organização das Nações Unidas (ONU) sugeriu atrelar ao PIB demais indicadores a fim de possibilitar uma mensuração mais próxima do desenvolvimento de cada nação, estes indicadores seriam da área da saúde, educação, ocupação e habitação (SIEDENBERG, 2003).

Após a divulgação do IDH surgiram novas propostas e sugestões para quantificar e qualificar os indicadores de desenvolvimento, bem como foram realizados estudos paralelos para as dimensões locais, regionais e nacionais (SIEDENBERG; 2003). Valendo-se de sua representatividade, pesquisadores vêm desenvolvendo este tema, buscando entender quais as variáveis determinantes na formação do índice, além de, investigarem outros métodos para mensurar o seu valor (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005; CAVASSIN, 2004; SCARPIN; SLOMSKI, 2007).

Inspirados no IDH, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro criou um novo índice em 2008, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN), com o objetivo de acompanhar anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, calculado pela média simples dos resultados obtidos em três principais áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde.

Outro índice, desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) é o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), que foi criado a partir da adequação da metodologia do IFDM, a fim de explicar melhor a realidade e medir o desempenho da gestão e ações públicas de todos os municípios paranaenses. Abrangendo três relevantes áreas econômicas e sociais: “Emprego, Renda e Produção Agropecuária”, Educação e Saúde, cada qual é responsável por um terço (33,33%) do índice final. Tanto o índice geral, como os parciais que o compõe variam de 0 a 1, sendo os municípios com IPDM de 0 a < 0,4 considerados de baixo desempenho, de 0,4 a < 0,6 com desempenho médio baixo, de 0,6 a < 0,8 com desempenho médio e de 0,8 a 1,0 com alto desempenho (IPARDES, 2012).

Portanto, ao se tratar dos indicadores sociais públicos, estes representam uma unidade de medida e exprimem aspectos parciais de determinados processos de desenvolvimentos específicos dentro de uma realidade bem complexa. Neste sentido, cabe destacar que, em anos de recessão (crise) as prefeituras municipais sofrem uma queda expressiva nas transferências

de recursos do Estado e da União, passando a cortar investimentos e enxugar gastos. Isso ocorre porque, a queda no consumo, na prestação de serviços e a diminuição da atividade econômica impactam na redução de recursos financiadores das transferências governamentais, como é o caso do ICMS (originário dos Estados). Não apenas isso, mas a queda na arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, ocasionadas pelas desonerações realizadas pelo governo federal, que impactam também nos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPM e FPE) oriundos da união (ASSUNÇÃO; ORTIZ; PEREIRA, 2012).

De maneira mais esclarecedora, o FPM e o FPE são fundos federais, o primeiro é constituído por 23,5% da arrecadação do IPI e do IRPF, o qual é repassado aos municípios, o segundo representa 21,5% da arrecadação dos mesmos impostos e é transferido aos Estados, ambos são uma transferência incondicional, obrigatória e sem contrapartida. Estes Fundos representam uma parcela significativa das receitas a nível municipal e estadual e são distribuídos conforme o total de habitantes dos mesmos. Contudo, o impacto da redução do repasse dos fundos sobre os estados e municípios ocorre de maneira divergente, pois será conforme a representatividade desta transferência na Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente. Já no caso do ICMS, a queda da receita será mais aguda nas regiões mais atingidas pela redução do nível de comércio, nestes casos, estes são os entes cuja representatividade do ICMS na RCL é maior que a do FPM e do FPE (CNM, 2009).

Em 2008, ocorreu uma crise financeira na economia norte-americana, cujos impactos foram reduzidos no Brasil por meio da política fiscal praticada pelo país. Ao perceber que a economia vinha sofrendo recessão durante este período, o governo anunciou medidas para estimular a demanda, como a redução nas alíquotas do IRPF e do IPI. Além disso, editou a MP nº 462/2009 (Posteriormente convertida na Lei nº 12.058/2009) que previa o pagamento aos municípios de montante equivalente à variação nominal negativa do FPM entre 2008 e 2009, sem a incidência de quaisquer descontos (Saúde e FUNDEB).

Isso proporcionou que os municípios recebessem em 2009 quatro parcelas, distribuídas entre os meses de maio a outubro, a fim de superar as dificuldades financeiras emergenciais que o país vinha passando, principalmente em relação a estas duas grandes áreas: Saúde e Educação. Este apoio fornecido pelo ente Federal, fez com que os valores fornecidos pelo FPM fossem iguais ao do ano anterior, o que minimizou os efeitos da crise para o ano subsequente (ASSUNÇÃO; ORTIZ; PEREIRA, 2012).

Desta forma, as perdas de arrecadação ocasionadas pela queda da atividade econômica influenciam negativamente nas arrecadações da União e implicam também nas transferências da mesma para os Estados e Municípios. Assim, a prefeitura passa a cortar gastos, bem como a aplicar somente o exigido por lei nas áreas de saúde e educação para poder destinar também recursos às demais áreas, como infraestrutura, transportes, obras, aquisição de equipamentos e manutenção das instalações.

2.2 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE GASTOS PÚBLICOS E INDICADORES SOCIAIS

A literatura e as pesquisas que interligam os gastos públicos com indicadores sociais são amplas e divergentes, na maioria dos casos, relacionam-se os dados obtidos pela Contabilidade Pública com a determinação do indicador. Além disso, se busca determinar quais das variáveis que compõe estes gastos públicos que mais influenciam positiva ou negativamente na formação do índice. Cronologicamente, vários pesquisadores veem discutindo as formas pelas quais os gestores alocam os gastos públicos, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1: ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE GASTOS PÚBLICOS

Autores	Objetivo	Principais resultados
Rezende, Slomski e Corrar (2005)	Investigar, diagnosticar e analisar, empiricamente, os fatores condicionantes entre as políticas públicas (investimentos públicos) e o índice de desenvolvimento humano (IDH-M) de 508 municípios do Estado de São Paulo.	Constatou-se que o relacionamento entre investimentos público e IDH não apresentam relacionamento linear; ainda nesta mesma linha, averiguou-se que os municípios que realizaram maiores investimentos, necessariamente não estão no <i>cluster</i> dos que possuem melhores IDH.
Varela, Martins e Corrar (2009)	Agrupar municípios paulistas quanto ao perfil dos gastos públicos per capita por função e descrever as relações entre os agrupamentos obtidos e os grupos definidos pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). O interesse surgiu da constatação de existência de grupos de municípios definidos pelo IPRS com o mesmo nível de riqueza e diferentes resultados quanto aos indicadores sociais e vice-versa.	Os resultados obtidos a partir das técnicas de análise de conglomerados e de correspondência indicaram que em todos os grupos de municípios, o montante de recursos aplicados nas funções sociais apresentou associação positiva com os indicadores socioeconômicos dos municípios. As relações entre os grupos obtidos e aqueles formados pelo IPRS mostrou que o conglomerado de municípios com os maiores montantes de gasto, mesmo com problemas de qualidade, estava mais próximo daquele com maiores indicadores econômicos e sociais. Sendo estas duas categorias as mais relevantes na análise.
Sousa, et al (2013)	Investigar os efeitos do cumprimento das determinações da Lei de responsabilidade Fiscal (LRF) no desenvolvimento dos municípios brasileiros.	Observou-se que quando o IRF aumenta em 1% o IFDM aumenta em cerca de 1,8%. Este achado aponta que o cumprimento da LRF no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário proporciona uma significativa melhora no desenvolvimento econômico-social dos municípios. Ainda, pode-se observar que as regiões Sul e Sudeste estão encabeçando o ranking dos índices IRF e IFDM, enquanto que na parte inferior as regiões Norte e Nordeste se revezam nas últimas posições.
Leite Filho, et al (2015)	Verificar a relação existente entre os indicadores de cumprimento das premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal (IRFS), indicadores de Responsabilidade Social Municipal (IMRS) e indicadores de desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais.	Evidenciaram que os indicadores de cumprimento da LRF foram homogêneos, e que os municípios mineiros, ao longo dos anos, enfatizaram questões sociais (saúde, educação) e relaxaram com aspectos de gestão (custeio, despesas do Legislativo, grau de investimento) quanto ao cumprimento dos requisitos da LRF. Os resultados das regressões de dados (MQG) evidenciaram que houve efeito positivo e significativo entre o cumprimento das prerrogativas da LRF e o desenvolvimento municipal, bem como a responsabilidade social.
Leite Filho e Fialho (2014)	O objetivo principal da pesquisa foi avaliar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na LRF, nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Também, o trabalho buscou analisar e discutir a evolução dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal e a evolução dos indicadores de desenvolvimento municipal, bem como verificar a ocorrência de efeitos espaciais e temporais nos mesmos; verificar a associação geral entre as variáveis bem como verificar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal nos indicadores de desenvolvimento municipal.	Observou-se um cenário de desenvolvimento médio moderado dos municípios e indicadores de qualidade de gestão fiscal pública municipal classificados como gestão em dificuldade, excluindo-se os indicadores custo da dívida e gastos com pessoal, variáveis estas que foram mais observadas pela LRF pelos municípios ao longo do tempo. Observou-se que os municípios apresentam oscilações temporais nos investimentos públicos municipais. Verificou-se ainda indícios de interação espacial significativa entre os municípios, sugerindo que os municípios vizinhos se influenciaram. Conclui-se assim, que há efeitos positivos e significativos entre a qualidade da gestão pública municipal baseados na LRF e indicadores de desenvolvimento municipal.

Continua ...

Continua ...		
Silva, et al. (2015)	Avaliar as funções de governo, consideradas como gastos públicos na melhoria da qualidade de vida, nos 40 municípios brasileiros melhores classificados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do ano de 2010.	A maior representatividade na composição do índice foi para a função educação e a menor representatividade foi para a função previdência social. No caso da educação, esta função também é relevante para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A ideia norteadora foi rejeitada por falta de relacionamento do conjunto das variáveis.
Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017)	Analisar a relação das aplicações de recursos realizados nas áreas de educação e saúde com o IPDM nos municípios do Estado do Paraná no período de 2000 a 2012. Para isso, utilizaram-se com variáveis explicativas o Gasto com Educação (GAE) e o Gasto com Saúde (GAS) e como variável dependente, IPDM.	Os resultados mostraram que as variáveis analisadas possuem correlação positiva e significativa com o IPDM, o que sugere a existência de uma associação entre os gastos sociais e o indicador de desenvolvimento social. Porém, para examinar a relação de causalidade entre as variáveis, optou-se pela utilização da técnica estatística de análise de regressão com dados em painel, por meio do modelo de efeitos fixos. Os achados indicam que as aplicações de recursos nas áreas de educação e saúde influenciam significativamente o IPDM ($p < 0,01$).

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Verifica-se, no Quadro 1, que as pesquisas na área pública têm despendido esforços no sentido de discutir a relação entre as aplicações de recursos e os índices sociais. Mesmo observando o volume representativo de pesquisas nacionais na área pública, esse estudo pretende avançar na literatura existente no sentido de investigar a influência da crise financeira, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos gastos públicos no desenvolvimento dos municípios do estado do Paraná.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Com relação aos procedimentos, o estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica e documental e apresenta abordagem quantitativa. A amostra inicial é representada pelos 399 municípios do Estado do Paraná. A amostra final se restringe aos municípios com as informações necessárias para a realização do cálculo dos indicadores sociais, conforme os critérios da Tabela 1.

TABELA 1 - AMOSTRA DA PESQUISA

Descrição da amostra	Municípios	%
Amostra inicial	399	100,00%
(-) Municípios com ausência de informação	-117	-29,32%
(=) Amostra Final	282	70,68%

Fonte: dados da pesquisa

Verifica-se, na Tabela 1, que a amostra final do estudo compreende 282 municípios, aproximadamente 71% da amostra inicial. No Quadro 2 são apresentadas as variáveis utilizadas na pesquisa.

QUADRO 2: VARIÁVEIS DA PESQUISA

Variáveis	Fórmula	Descrição Operacional	Relação esperada
Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)	$\text{IPDM Geral} = \frac{\text{IPDM Ren} + \text{IPDM Educ.} + \text{IPDM Saúde}}{3}$	Comparar o IPDM Renda, o IPDM Educação e o IPDM Saúde, evidenciando o desempenho municipal a partir destas três relevantes áreas econômicas e sociais.	
Gasto com Educação per capita (GAE)	$\text{GAE} = \frac{\text{Gasto Total com Educação}}{\text{População até 15 anos}}$	Comparar o gasto realizado na educação com a população até 15 anos, evidenciando o gasto com educação per capita Quanto maior o coeficiente mais inclinado estaria o município com a qualidade da educação básica municipal.	Relação Direta
Gasto com Saúde per capita (GAS)	$\text{GAS} = \frac{\text{Gasto Total com a Saúde}}{\text{População Total}}$	Comparar o gasto realizado na saúde com a população total, evidenciando o gasto com saúde per capita Quanto maior o coeficiente mais inclinado estaria o município com a qualidade da saúde básica municipal.	Relação Direta

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Com o propósito de responder a questão da pesquisa, utilizou-se neste estudo o modelo de dados em painel. Conforme Baltagi (2005), os dados em painel permitem aos pesquisadores obter estimativas confiáveis e encontrar e estimar efeitos que séries temporais e *cross-sections* não são capazes de detectar. Esse estudo conduziu os seguintes testes: dados em painel de efeitos fixos, dados em painel de efeitos aleatórios e mínimos quadrados ordinários (OLS). Os modelos de dados em painel e os testes estatísticos foram conduzidos com o auxílio do software Gretl 1.9.9. Na equação 1, considera-se a variável dependente IPDM como uma proxy para o desempenho municipal, na forma do modelo de efeitos fixos e pode ilustrar o modelo utilizado no estudo. Conforme o modelo pretende-se investigar se os investimentos aplicados em Educação (GAE) e Saúde (GAS) são capazes de explicar o desempenho municipal.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 02 contém os resultados dos coeficientes da regressão utilizando como variáveis independentes os Gastos com Educação (GAE) per capita, os Gastos com Saúde (GAS) per capita, a LRF e a Crise de 2008.

TABELA 02 - ANÁLISE DA REGRESSÃO COM DADOS EM PAINEL

Variável dependente: IparDES				
Variáveis Significativas	Coeficiente	Estatística t	Sinal Esperado	Sinal obtido
Variáveis Independentes				
<i>GAE</i>	1,4706	5,457***	+	+
<i>GAS</i>	4,2667	2,878***	+	+
<i>LRF</i>	0,0037	20,73***	+	+
<i>Crise</i>	0,017	4,059***	+	+
Constante	0,6147	214,2***		
R-quadrado Ajustado			73,92%	
F			37,4513***	

*** significativo a 1%

Fonte: dados da pesquisa (2016)

A Tabela 02 evidencia que o período em que a crise financeira estava ocorrendo apresentou uma relação positiva e significativa com o índice Iparde, apresentando coeficiente de 0,017. A mesma correlação pode ser verificada com a variável LRF, que influenciou o coeficiente em 0,0037. Isso também fica evidenciado no poder explicativo, que aumentou de 73,87% para 73,92%. Estas variáveis *dummy* representam uma dualidade, ou seja, apenas duas representações podem ser atribuídas a elas, sendo o período anterior (0) e o período posterior (1) ao seu acontecimento. No caso da LRF, seria o período anterior a Lei entrar em vigor e, o período após a lei começar a vigorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu analisar a influência da crise financeira, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no desenvolvimento municipal dos municípios do estado do Paraná no período de 2000 a 2012

A priori, os resultados na análise descritiva indicam que ambas as variáveis influenciaram positivamente no IPDM, sendo que a crise apresentou coeficiente de 0,017 e a LRF apresentou coeficiente de 0,0037. Isso também se evidenciou no poder explicativo foi de 73,92%.

O estudo limitou-se a amostra e o período analisado, bem como, os indicadores e as informações coletadas do site da FINBRA empregados na técnica de análise estatística. Sugere-se para futuras pesquisas a inclusão de novas variáveis, com, também, a ampliação da amostra para municípios de outros estados e regiões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS M.; FEIJÓ P. H. **Gestão de finanças públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

ARAÚJO, Jair Andrade de; MONTEIRO, Vitor Borges; CAVALCANTE, Cristina Aragão. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios do Ceará. **Economia do Ceará em Debate** 2010. Fortaleza, p. 176-200,2011. Disponível em:<<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5428>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

ASSUNÇÃO, J. J.; ORTIZ, F. A. T.; PEREIRA, L. F. V. N. A crise financeira de 2008 e a arrecadação tributária: Lições para o desenho de transferências e federalismo fiscal. In: Tesouro Nacional. **Textos para Discussão**. p. 01-26. 2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos_discussao/downloads/td8.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2016.

BALTAGI, Baldi H. **Econometric Analysis of Panel Data**. 3. Ed. Wiley & Sons. 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 jul. 2015.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2015

_____. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm>. Acesso em: 21 mar. 2015

CASTRO, Domingos P. e GARCIA, Leice M. **Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel.** São Paulo: Atlas, 2004.

CAVASSIN, Sirlei Aparecida. **Uso de Metodologias Multicritério na Avaliação de Municípios do Paraná com Base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.** 2004, p. 1-132. Dissertação (Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação em métodos numéricos em engenharia. Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <<http://www.ppgmne.ufpr.br/arquivos/diss/105.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. CNM. **Diretrizes e Procedimentos da Contabilidade Municipal sob uma nova Base Conceitual.** Brasília: CNM, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. CNM. A crise econômica e as finanças municipais: uma projeção do FPM para 2009. In: **Estudos Técnicos CNM.** v. 2. p. 87-98. mar/2009. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/portal/dmdocuments/ET%20Vol%202%20-207.%20A%20crise%20econ%20C3%B4mica%20e%20as%20finan%20C3%A7as%20municipais.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2016.

FARIA, Flávia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Silvano José da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.155-177, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a08v42n1.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

GODOY, Daniel Voigt. **Eficiência na gestão pública municipal em educação e saúde.** Economia do Setor Público. Porto Alegre: XIX Prêmio Tesouro Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/premios/premios-1/premios-2014/19o-premio-tesouro-nacional-2014/resultado-monografias-premiadas-xix-ptn-2014>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Governance in the Public Sector: a governing body perspective.** New York: IFAC, August 2001. (Study, n. 13). Disponível em: <http://www1.worldbank.org/publicsector/pe/April2003Seminar/Course%20Readings/08.%20Internal%20Control%20and%20Audit/Study_13_Governance.pdf>. Acesso em: 20 de dez 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL IPARDES. **Índice IparDES de Desempenho Municipal: Nota Metodológica.** Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf>. Acesso em: 20 de dez 2015.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; FIALHO, Tânia Marta Maia. Associação entre Indicadores de Gestão Pública Municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. IN: **XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.** São Paulo. jul/14. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=162&titulo=Associa%20E3o+entre+Indicadores+de+Gest%20E3o+P%20FAblica+Municipal+e+Indicadores+de+Desenvolvim+ento+dos+Munic%20ED>. Acesso em: 20 de dez 2015.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; SANTIAGO, Wagner de Paulo; OTONI, Bárbara de Souza; VELOSO, Jhully Thainara Rodrigues; FERREIRA, Keyty Rocha. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais. IN: **Revista Mineira de Contabilidade – RCM.** v.16, n. 2, art. 2, p.14-25, maio/ago.2015. Disponível em: <<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rcm>>. Acesso em: 20 de dez 2016.

NAKAGAWA, Masayuki; RELVAS, Tânia Regina Sordi; DIAS FILHO, José Maria. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade- REPEC**, Brasília, v. 1, n. 3, p.83-100, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/17>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. et al. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 5. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Atlas, 1997.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau-SC, v. 1, n. 1,

p.1-2, 2005. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do Gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Revista Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502007000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudo dos Fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. 2006. 402 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24052006-145759/pt-br.php>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p.909-933, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000500006&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SIEDENBERG, DieterRugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, ano 1, v.1, n.1, p.45-71, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

SILVA, A. R. P.; SILVA, M. C. da; SOUZA, F. J. V. de; SILVA, J. D. G. da. Gastos Públicos na Melhoria da Qualidade de Vida: Avaliação de Funções de Governo dos 40 Municípios Melhores Classificados no IDHM. **Revista de Administração e Contabilidade**. v. 7, n. 2, p. 5-21. maio/agosto 2015. Disponível em: <<http://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/viewFile/282/159>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

SOUZA, F. J. V.; MELO, M. M. D.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, M. C. Alocação de Recursos Públicos Destinados a Assistência Hospitalar e Ensino Fundamental nas Capitais Brasileiras. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – REUNIR**. vol. 3, nº 1, jan./abr., p. 21-43, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/80/pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

TERNOSKI, Débora Maria; RIBEIRO, Flávio; CLEMENTE, Ademir. A influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios parananenses. IN: **Revista Capital Científico – RCCe**. v. 15, n.1, Jan/Mar 2017. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4727>>. Acesso em: 14 de set. 2017.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. A.; CORRAR, L. J. Perfil dos Gastos Públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. **Revista de Contabilidade e Organizações – RCO**, v. 3, n. 5, p. 80 - 97 jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34733/37471>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.